

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	18
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	26
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	34

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Relacionados ao Brasil

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influências significativas na economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, poderiam adversamente afetar a nós e o preço de negociação de nossas ações.

No passado, o governo brasileiro interveio na economia brasileira e realizava mudanças na política e nos regulamentos. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação e atuar em outras políticas estavam, geralmente, relacionadas ao controle de preços e salários, desvalorizações da moeda, controles de capital, limites sobre as importações, entre outras medidas. Nossos negócios, a situação financeira, o resultado das operações e o preço de mercado de nossas ações podem ser adversamente afetados pelas mudanças nas políticas governamentais, principalmente relacionados ao nosso setor, tais como mudanças nas tarifas de telefonia e nas condições competitivas, bem como nos fatores gerais econômicos, incluindo:

- flutuações da moeda;
- políticas de controle cambial;
- crescimento da economia interna;
- inflação;
- política de energia;
- taxa de juros;
- liquidez do mercado de capitais e financeiro nacional;
- política tributária; e
- outras políticas, no campo diplomático, social e econômico que afetam o Brasil.

As incertezas quanto à possibilidade do Governo brasileiro implementar mudanças na política ou na regulação que afetem estes ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros e de títulos emitidos no exterior por companhias brasileiras. Além disso, as possíveis crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e o público em geral, que pode resultar em uma desaceleração da economia e afetar o preço de negociação das ações emitidas pelas companhias listadas na bolsa de valores, tais como nós.

Nosso negócio pode ser vulnerável às atuais perturbações e à volatilidade nos mercados financeiros globais.

A economia internacional continua sujeita aos riscos e ajustes que surgiram da crise internacional financeira de 2008. O sistema financeiro global continua suscetível a difíceis condições de crédito e liquidez. Instituições financeiras estrangeiras e nacionais, incluindo alguns dos maiores bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos hipotecários, fiadores de hipotecas e seguradoras podem continuar a passar por dificuldades significativas, incluindo retiradas de seus depósitos e liquidez inadequada. Consequentemente, é provável que os preços de ativos financeiros continuem a refletir a aversão ao risco, que aumentaria a volatilidade.

Em uma tentativa de aumentar a liquidez nos mercados financeiros e impedir a quebra do sistema financeiro, vários governos poderiam continuar a intervir em seus sistemas financeiros e realizar ajustes fiscais. Não há garantia, no entanto, de que essas medidas aliviarão de modo bem sucedido as condições nos mercados financeiros internacionais.

Apesar da extensão da intervenção acima mencionada, a confiança do investidor global pode permanecer baixa, os mercados financeiros globais podem continuar voláteis e o acesso ao crédito continuaria relativamente escasso. A continuação ou piora da crise e a da volatilidade nos mercados financeiros globais poderia ter um efeito adverso substancial sobre nossa capacidade de ter acesso aos mercados de capitais em termos financeiros aceitáveis, o que pode afetar adversamente nossas operações. Além disso, uma retração econômica poderia afetar negativamente a estabilidade financeira de nossos clientes, o que poderia resultar em uma redução geral na atividade comercial e conseqüentemente perda de receita para nós.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Instabilidade política pode causar um impacto desfavorável na economia brasileira e em nossos negócios.

As crises políticas no Brasil podem afetar a confiança dos investidores e o público em geral, bem como o desenvolvimento da economia. As crises políticas podem causar um impacto desfavorável na economia brasileira, nos nossos negócios, nas condições financeiras e resultados das operações e no preço de mercado de nossas ações.

A inflação e as ações do governo para refreá-la podem contribuir para uma incerteza econômica no Brasil, afetando negativamente nossos negócios e os resultados das operações.

Historicamente, o Brasil vivenciou altas taxas de inflação. A inflação, e algumas medidas do governo tomadas na tentativa de refreá-la, tiveram efeitos significativos na economia brasileira. Em 2010, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor, ou IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, alcançou 5,9%, abaixo do limite máximo de 6,5% estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, mas acima da meta principal de inflação de 4,5%. Em 2011, a política monetária brasileira continuará a usar o IPCA para o estabelecimento da meta de inflação. A meta de inflação estabelecida para 2011 é de 4,5%, semelhante à de 2010. Se a inflação ultrapassar essa meta, as taxas básicas de juros podem aumentar, afetando diretamente o custo de nossa dívida e indiretamente reduzindo a demanda por produtos e serviços relacionados a telecomunicações. Em 2011, fatores que podem afetar adversamente a inflação são, entre outros, os preços internacionais das commodities, o impacto da atividade econômica interna nos preços e a taxa de preços e tarifas.

Desde 2006, as tarifas telefônicas de serviços de telefonia fixa estiveram indexadas ao IST - *Índice de Serviços de Telecomunicações*, reduzidas por um fator de produtividade. O IST é uma cesta composta por índices nacionais que refletem nossos custos operacionais do setor. Como resultado, este índice serve para reduzir potenciais incongruências entre nossas receitas e custos do setor, e portanto, reduzir o aparente efeito adverso da inflação sobre nossas operações.

O aumento da taxa autorizada pela ANATEL em 2011, que fará referência ao IST, serão reduzidos por um fator de produtividade e aplicadas cumulativamente, após um período de 12 meses. Isso pode causar um aumento dos custos e salários acima e abaixo da nossa receita, com impactos adversos na nossa lucratividade. Aumentos nas taxas de juros podem ter um efeito material adverso sobre nossos negócios.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, ou COPOM, estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro com base em uma expectativa de convergência entre a taxa de inflação futura e a meta central de inflação. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa básica de juros foi de 10,75% ao ano, ante 8,75% ao ano, em 31 de dezembro de 2009. O consenso de mercado indica que a inflação medida pelo IPCA será maior do que a meta de inflação de 4,5% para 2011. Assim, esperamos que o Copom aumente as taxas de juros durante este ano, com efeitos adversos sobre nossos negócios.

Flutuações na taxa de câmbio podem afetar adversamente nossa capacidade de pagar obrigações denominadas ou atreladas a moedas estrangeiras, e podem ter um efeito adverso no valor de mercado de nossas ações.

A taxa de câmbio entre o dólar americano e a moeda brasileira passou por significantes flutuações nos anos recentes. Entre 2000 e 2003, o real desvalorizou 68% em relação ao dólar americano e valorizou 32% entre 2004 e 2010. Entre 2000 e 2010, o real desvalorizou 9% em comparação ao dólar americano.

Em 31 de Dezembro de 2010, 0,95% do total de R\$1,83 bilhões de nossa dívida estava denominada em dólar americano. Em 31 de Dezembro de 2010, nós tínhamos hedge cambial para cobrir praticamente toda nossa dívida em moeda estrangeira.

Parte dos custos relacionados à nossa infraestrutura de rede e serviços fornecidos por vendedores externos é pagável ou está atrelada ao pagamento por nós em dólar americano. No entanto, todas as nossas receitas são geradas em *reais*, exceto as receitas provenientes de transações com hedge e interconexão de longa distância internacional e serviços para clientes fora do Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Na medida em que o valor do *real* diminui em relação ao dólar, nossos compromissos atrelados a flutuações das taxas de câmbio ou dívidas em moeda estrangeira tornam-se mais caros e o retorno de nossas contas a receber denominadas em moedas estrangeiras se valorizam, o que pode afetar adversamente nossas receitas e despesas. No entanto, 97% do saldo líquido das operações denominadas em moedas estrangeiras são cobertas por transações de hedge. Desde maio de 2010, a Companhia começou a usar o valor líquido coberto por exposições a taxas de câmbio estrangeiras geradas por faturas emitidas ou recebidas em moedas estrangeiras, substancialmente reduzidas pelo risco da Companhia à flutuações nas taxas de câmbio. Periodicamente recebendo as faturas pelo valor líquido coberto e determinando a cobertura de exposições, o departamento de gestão de risco da Companhia monitora a exposição à taxa de câmbio estrangeira e compromissos atrelados a moedas estrangeiras para que não alcancem um montante significativo.

A evolução política, econômica e social e a percepção de risco em outros países, tanto países de mercados emergentes quanto desenvolvidos, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos títulos brasileiros, inclusive nossas ações.

O mercado de títulos emitidos por companhias brasileiras pode ser afetado, em vários aspectos, pelas condições econômicas tanto em países emergentes quanto desenvolvidos. A reação dos investidores com relação aos acontecimentos em outros países pode ter um impacto adverso no valor de mercado dos títulos das companhias brasileiras. Crises em outros países emergentes ou na política econômica de outros países podem reduzir a demanda de investidores por títulos de companhias brasileiras, incluindo nossas ações. Quaisquer destes acontecimentos externos podem afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações e piorar nosso acesso ao mercado de capitais e de financiar nossas operações com termos e custos aceitáveis no futuro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a) riscos para os quais se busca proteção**

- O risco de oscilações nas taxas de câmbio decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas que aumentem as despesas decorrentes de passivos de empréstimos e compromissos de compra ou reduzam as receitas em moeda estrangeira; e

- O risco de oscilações nas taxas de juros local decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas: (a) pela elevação do CDI: que pode afetar negativamente os encargos financeiros das pontas passivas dos derivativos contratados a taxas de juros flutuantes para cobrir o risco de passivos cambiais ou (b) pela redução do CDI: que pode afetar negativamente os encargos financeiros das pontas ativas dos derivativos contratados a taxas de juros flutuantes para cobrir o risco dos ativos cambiais e a receita decorrente das aplicações financeiras de curto prazo indexadas à variação do CDI. Há também o risco associado ao endividamento com o BNDES, que é indexado a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), porém como esta taxa vem se mantendo constante desde julho de 2009, representa um risco baixo para a Companhia.

b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia está exposta aos riscos de mercado de variação das taxas de câmbio e de juros, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Para o controle destes riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção do risco cambial. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, na Companhia, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os riscos cambiais estão protegidos ("hedged") contra flutuações nas taxas de câmbio.

c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para a proteção do risco cambial, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos Swaps do tipo *Plain Vanilla*.

d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia monitora os saldos expostos a flutuações de taxas de juros, moedas e índices de preço de seus ativos e passivos financeiros. Esses saldos são calculados com base no fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado, utilizando as curvas divulgadas pela BM&FBovespa. A Companhia busca continuamente cobrir toda a sua exposição cambial, contratando derivativos que neutralizem os impactos de flutuações da taxa de câmbio presentes em seus ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras.

e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia contrata instrumentos financeiros apenas com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) de riscos de taxas de câmbio.

f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O controle de gerenciamento de riscos financeiros é realizado pela Gerência de Controle e Gestão de Riscos Financeiros, subordinada à Diretoria Financeira Corporativa, que responde ao Diretor Executivo de Finanças, Controle e Relação com Investidores do Grupo Telefonica do Brasil. É responsabilidade desta Gerência a elaboração da Política de Risco de Crédito, que é aprovada por seus respectivos níveis hierárquicos e pelo Comitê de Operações Financeiras, composto pelo CFO, Diretora de Finanças e Diretora de Controladoria.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade destes hedges no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2010, os hedges contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura.

O Comitê de Operações Financeiras se reúne mensalmente e aprova, além da Política de Risco de Crédito que é revisada anualmente, os limites de crédito vigentes com instituições financeiras, e as contrapartes autorizadas a operar com o grupo para operações que gerem exposição ao risco de crédito. Este Comitê também monitora exposições a risco cambial, de taxa de juros e de liquidez.

Diariamente a Gerência de Controle e Gestão de Riscos Financeiros monitora a aderência das operações financeiras aos níveis de exposição a riscos definidos pelo Grupo Telefonica do Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes sobre o item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011, as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não foram incluídas nos quadros comparativos do item 10.1 deste Formulário de Referência, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos da adoção dos IFRS para fins de comparabilidade, bem como não foram reclassificadas para tal. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da TELES P entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo.

A tabela a seguir indica os montantes de disponibilidades e aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital da Companhia, conforme demonstrações financeiras apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(R\$ milhões)	2010	2009
Disponibilidades	1.556,7	2.277,0
Endividamento de Curto Prazo		
Empréstimos e Financiamentos	420,4	256,8
Debêntures	-	1.510,8
Total do endividamento de Curto Prazo	420,4	1.767,6
Endividamento de Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos	1.405,3	1.752,4
Debêntures	-	-
Total do endividamento de longo prazo	1.405,3	1.752,4
Patrimônio Líquido		
Capital social	6.575,5	6.575,5
Reserva especial de ágio	63,1	63,1
Reservas de capital	2.670,5	2.670,5
Reservas de lucros	659,6	659,6
Lucros Acumulados	-	(8,8)
Dividendo adicional proposto	1.694,0	1.251,6
Ajuste de avaliação patrimonial	13,3	90,9
Ajuste acumulado de conversão	(8,9)	(2,1)
Total do Patrimônio Líquido	11.667,1	11.300,3

A Sociedade encerrou o exercício de 2010 com dívida de R\$1.825,7 milhões (R\$3.520,0 milhões em 2009) ou 15,6% do patrimônio líquido (31,1% em 2009). Os recursos captados são 0,95% denominados em moeda estrangeira e 99,05% denominados em moeda nacional junto ao BNDES.

A Sociedade empenha constantes esforços no sentido de tomar as medidas cabíveis, mediante a atual conjuntura do mercado, para proteger suas dívidas dos efeitos de eventuais desvalorizações cambiais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, que podem se referir à captação de recursos junto a instituições financeiras ou a emissão de títulos de dívida. O item 10.1.f deste Formulário de Referência apresenta as características das dívidas da Companhia.

A estrutura de capital da Companhia é conservadora, com indicadores baixos de alavancagem. A relação de dívida financeira líquida sobre patrimônio líquido era de apenas 11,3% em 31 de dezembro de 2009 e foi reduzida para 2,5% em 31 de dezembro de 2010, devido à geração de caixa durante o ano de 2010.

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$6.575,5 milhões, representado por 506.237.272 ações sem valor nominal, sendo 168.819.870 ações ordinárias e 337.417.402 ações preferenciais totalmente integralizadas. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

i. hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria Financeira, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e longo prazo.

A Companhia estrutura os vencimentos de seus contratos financeiros (derivativos e não derivativos), de modo a não afetar a sua liquidez. Além disso, o controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de desembolsos.

DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA		
(R\$ milhões)		
	Dez/10	Dez/09
Dívida de Curto Prazo	(420,4)	(1.767,6)
Dívida de Longo Prazo	(1.405,3)	(1.752,4)
Dívida Total	(1.825,7)	(3.520,0)
Posição Líquida com Derivativos	(27,9)	(31,1)
Dívida (pós-operações de derivativos)	(1.853,6)	(3.551,1)
Caixa e Aplicações Financeiras	1.556,7	2.277,0
Dívida Líquida	(296,9)	(1.274,0)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽²⁾	0,05	0,22
Dívida Total / EBITDA ⁽²⁾	0,33	0,60
Dívida Total / Market Cap	0,09	0,17

(2) O EBITDA utilizado é composto pela soma do EBITDA dos trimestres.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte utilizada pela empresa para financiar suas necessidades de capital de giro e investimento em ativos não circulantes é a sua própria geração de caixa livre ("free cash flow"), no entanto durante os anos de 2010, 2009 e 2008 a Companhia utilizou também uma linha de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar parte de seus investimentos em ativos não-circulantes. O quadro a seguir mostra o valor de principal captado (em milhões de reais) nestes anos.

Financiamento	Captação em 2010	Captação em 2009	Captação em 2008
BNDES	74,3	272,6	886,9

- e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A geração de caixa da empresa ainda será a principal fonte de financiamento da Companhia para o ano de 2011, porém havendo necessidades de captação, a empresa poderá ir ao mercado e captar via operações de empréstimos, financiamentos ou emissões em mercado de capitais.

- f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía a seguinte posição de endividamento:

(R\$ milhões)		Taxa de juros anual	Vencimento	Saldo em Dez/10		
	Moeda			Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Empréstimos financiamentos - BNDES	URTJLP	TJLP + 1,73% a 3,73%	Até 2015	415,1	1.393,3	1.808,4
Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	5,3	12,0	17,3
Total consolidado				420,4	1.405,3	1.825,7

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía relações de longo prazo somente com as instituições Financeiras Mediocrédito e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja posição é apresentada no quadro acima.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O empréstimo obtido junto ao BNDES inclui cláusulas restritivas relativas ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"), tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Estas cláusulas restritivas são apuradas semestralmente durante a vigência do contrato e até 31 de dezembro de 2010 foram totalmente cumpridas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O empréstimo obtido junto ao BNDES inclui cláusulas restritivas relativas ao cumprimento de certos índices financeiros ("covenants"), tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação e relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Estas cláusulas restritivas são apuradas semestralmente durante a vigência do contrato e até 31 de dezembro de 2010 foram totalmente cumpridas pela Companhia.

O quadro a seguir demonstra o cumprimento desses índices financeiros em 31 de dezembro de 2010:

Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,58
Índice mínimo de 0,40	
Dívida Financeira Líquida / EBITDA	0,05
Índice máximo de 2,50	
Dívida Financeira Líquida de CP / EBITDA	-0,21
Índice máximo de 0,25	
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (Res. Financeiro)	45,76
Índice mínimo de 4,50	

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 10 de outubro de 2007, o BNDES aprovou um crédito de até R\$2.034,7 milhões para financiar investimentos da Companhia, dos quais R\$2.033,7 milhões (principal) já foram sacados e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES. Esta linha de crédito destina-se a investimentos em produtos e serviços que sejam de produção nacional (sub-crédito ao custo de TJLP + 3,73% ao ano) e simultaneamente contenham tecnologia nacional (sub-crédito ao custo de TJLP + 1,73% ao ano), segundo metodologia de comprovação do BNDES.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A Companhia descreve a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras Consolidadas na seguinte base de comparação: 2010x2009.

2010 x 2009

Os dados apresentados a seguir estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

(R\$ milhões)

ATIVO			
	dez/10	dez/09	Var %
Ativo Circulante	5.147,5	6.482,9	(20,6)
Disponibilidades	1.556,7	2.277,0	(31,6)
Contas a receber, líquido	2.546,2	2.988,8	(14,8)
Materiais de estoques	77,5	148,4	(47,8)
Tributos a recuperar	659,4	712,7	(7,5)
Ativo Circulante	5.147,5	6.482,9	(20,6)
Disponibilidades	1.556,7	2.277,0	(31,6)
Contas a receber, líquido	2.546,2	2.988,8	(14,8)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Materiais de estoques	77,5	148,4	(47,8)
Tributos a recuperar	659,4	712,7	(7,5)
Operações com derivativos	0,2	0,6	(66,7)
Outros ativos	307,5	355,4	(13,5)
Ativo não Circulante	14.818,8	14.159,9	4,7
Realizável a longo prazo	2.786,8	2.354,0	18,4
Investimentos	100,8	340,3	(70,4)
Imobilizado, líquido	10.200,7	9.672,1	5,5
Intangível, líquido	1.730,5	1.793,5	(3,5)
TOTAL DOATIVO	19.966,3	20.642,8	(3,3)

Ativo Circulante

Disponibilidades: Redução de R\$720,3 milhões principalmente em decorrência da liquidação de debêntures no primeiro semestre de 2010 e dividendos compensados coma geração de caixa do período.

Contas a receber, líquido: Redução de R\$442,6 milhões por uma melhor performance da cobrança, aliado a um menor faturamento.

Materiais de estoques: Redução de R\$70,9 milhões devido a aplicação no imobilizado de materiais sobressalentes para o ativo imobilizado.

Tributos a recuperar: Redução de R\$53,3 milhões deve-se principalmente à transferência do curto para o longo prazo do ICMS Portaria CAT06 no valor de R\$175 milhões, compensados pelos ingressos de créditos fiscais de R\$122 milhões.

Outros ativos: Redução de R\$47,9 milhões principalmente pelos valores a receber por reembolso de gastos empresariais e sinergia de negócios e recebimento de indenizações.

Ativo Não Circulante

Realizável a longo prazo: Aumentou R\$432,8 milhões principalmente pela movimentação de depósitos judiciais, sendo R\$336 milhões de ingressos, R\$21 milhões de baixas e R\$74 milhões de atualizações monetárias, além da transferência do curto para o longo prazo do crédito de ICMS Port. CAT06 em R\$175 milhões.

Investimentos: Redução de R\$239,5 milhões deve-se principalmente à venda das ações da Portugal Telecom que geraram um resultado líquido de R\$87 milhões.

Imobilizado e intangível, líquido: aumento de R\$465,6 milhões composto de ingressos no valor de R\$2.441 milhões, principalmente em equipamentos de meios de transmissão, equipamentos de comutação e em equipamentos de assinantes, públicos e cabines, compensados pela depreciação e amortização do ano no montante de R\$1.913,8 milhões e baixas líquidas de R\$62,0 milhões.

(R\$ milhões)

PASSIVO			
	dez/10	dez/09	Var %
Passivo Circulante	5.719,8	6.372,3	(10,2)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	307,3	142,2	116,1
Fornecedores	2.780,7	2.362,4	17,7
Impostos, taxas e contribuições	972,1	933,3	4,2
Empréstimos e financiamentos	420,4	256,8	63,7
Debêntures	-	1.510,8	(100,0)
Dividendos e juros sobre capital próprio	450,9	495,5	(9,0)
Provisões	240,2	183,3	31,0
Operações com derivativos	9,5	8,4	13,1

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras obrigações	538,8	479,7	12,3
Passivo não Circulante	2.579,3	2.970,1	(13,2)
Impostos, taxas e contribuições	39,7	22,3	73,5
Empréstimos e financiamentos	1.405,3	1.752,4	(19,8)
Provisões	665,9	756,3	(12,0)
Provisão para planos de benefícios pós-emprego	219,0	191,9	14,1
Operações com derivativos	18,5	23,3	(20,6)
Outras obrigações	231,9	223,9	3,6
Patrimônio Líquido	11.667,1	11.300,3	3,2
TOTAL DO PASSIVO	19.966,3	20.642,8	(3,3)

Passivo Circulante

Pessoal, encargos e benefícios sociais: Aumento de R\$165,1 milhões em salários, encargos e bônus decorrente do aumento do quadro de funcionários.

Empréstimos e financiamentos: Aumento de R\$163,6 milhões, decorrente da transferência de parte da dívida com o BNDES do longo para o curto prazo, compensado pela liquidação por pagamentos em 2010.

Debêntures: Redução R\$1.510,8 milhões pela liquidação de debêntures em junho de 2010.

Provisões: Aumento de R\$56,9 milhões é devido principalmente ao ingresso de provisões referentes a multas aplicadas pela ANATEL.

Outras obrigações: Aumento de R\$59,1 milhões deve-se principalmente às provisões no ano do ônus da concessão previsto para pagamento a Anatel em abril de 2011.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos: Redução de R\$347,1 milhões pela liquidação de empréstimos no ano.

Patrimônio Líquido: Aumento de R\$366,8 milhões destacando o resultado do ano em R\$2.398,8 milhões e a prescrição de dividendos e JSCP em R\$134,4 milhões, compensados pela declaração de dividendos e JSCP em R\$2.040 milhões e outros ajustes em R\$125,9 milhões com impacto direto no patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

(R\$ milhões)	Movimento Anual		Variação	
	2010	2009	%	R\$ Mil
Receita operacional bruta	21.359,0	21.584,4	(1,0)	(225,4)
Telefonia fixa	15.005,6	15.547,1	(3,5)	(541,5)
Local	10.033,0	10.675,3	(6,0)	(642,3)
Longa distância nacional	4.876,4	4.770,6	2,2	105,8
Longa distância internacional	98,2	101,2	(5,0)	(5,0)
Uso da rede	524,7	487,1	7,7	37,6
Serviço de Transmissão de Dados	4.304,4	3.931,9	9,5	372,5
Serviço de TV	478,1	492,5	(2,9)	(14,4)
Outros	1.046,2	1.125,6	(7,1)	(79,4)
Deduções	(5.602,8)	(5.778,4)	(3,0)	175,6
ICMS	(4.702,7)	(4.808,8)	(2,2)	106,1
ISS	(39,4)	(41,9)	(5,9)	2,5
PIS e COFINS	(860,7)	(927,6)	(7,2)	66,9
Receita operacional líquida	15.756,1	15.806,0	(0,3)	(49,9)
Gastos operacionais	(10.295,9)	(9.902,5)	4,0	(393,4)
Interconexão e Uso de rede	(4.521,0)	(4.386,3)	3,1	(134,7)
Pessoal	(1.030,5)	(722,6)	42,6	(307,9)
Serviços de terceiros	(4.101,5)	(3.630,0)	13,0	(471,5)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(386,3)	(564,6)	(31,6)	178,3
Tributos	(353,7)	(382,5)	(7,5)	28,8
Ganho (perda) com investimentos	2,9	18,8	(84,6)	(15,9)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	94,2	(235,4)	(140,0)	329,6
Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA	5.460,2	5.903,5	(7,5)	(443,3)
Depreciação e Amortização	(1.913,5)	(2.505,5)	(23,6)	592,0
Resultado Financeiro	(120,7)	(188,8)	(36,0)	68,1
Lucro antes do IR/CSLL	3.426,0	3.209,2	(6,8)	216,8
Imposto de renda e Contribuição Social	(1.027,2)	(1.005,1)	2,2	(22,1)
Lucro do exercício	2.398,8	2.204,1	8,8	194,7
(%) Margem EBITDA	34,7%	37,3%		

Receitas Operacionais

A receita operacional bruta em 2010 totalizou R\$21.359,0 milhões, registrando uma redução de 1,0% em relação a 2009. As variações são justificadas pelos itens a seguir:

Local: atingiu R\$10.033,0 milhões em 2010, um decréscimo de 6,0% em relação aos R\$10.675,3 milhões registrados em 2009. O aumento na receita de assinatura devido às adições líquidas positivas de 39 mil linhas em serviço registradas no ano, além do reajuste tarifário de grande parte dos planos alternativos, a partir de agosto de 2010, foram compensados pela redução das receitas de telefonia fixa local, explicada pela queda dos tráfegos VC1 e fixo-fixo.

Longa distância nacional: em 2010 totalizou R\$4.876,4 milhões, um aumento de 2,2% em relação ao ano de 2009. Este efeito é explicado principalmente pelo aumento do tráfego de origem móvel com a utilização do "15" (código de seleção de prestadora) e pelo reajuste tarifário de 0,66%, com vigência a partir de 08 de outubro de 2010, contrabalançados parcialmente pela redução do tráfego de origem fixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Longa distância internacional: atingiu R\$96,2 milhões em 2010, uma redução de 5,0% em comparação ao ano de 2009. Esta evolução é justificada pela redução do tráfego no período.

Transmissão de dados: As receitas de transmissão de dados atingiram R\$4.304,4 milhões em 2010, um aumento de 9,5% em relação ao ano de 2009. Este crescimento é justificado pelas ações de incentivo às vendas e pelo compromisso da Companhia com a qualidade, refletidos em um expressivo aumento no índice de satisfação do cliente e em uma maior base de clientes. Foram 680 mil adições líquidas de banda larga, o maior ganho da história da Companhia. Adicionalmente, foi registrado no período um crescimento da receita de dados no segmento corporativo.

Uso da rede: Em 2010 totalizou R\$524,7 milhões, um aumento de 7,7% em relação ao ano de 2009. Esta variação está relacionada ao aumento do tráfego entrante de origem móvel.

TV por assinatura: Em 2010 totalizou R\$478,1 milhões, registrando uma redução de 2,9% em relação ao ano de 2009. Este efeito está relacionado principalmente à menor planta média no período. No entanto, vale destacar a mudança da tendência do 4T10, com 21 mil adições líquidas, devido ao reposicionamento da Companhia frente a este produto e à significativa redução do *churn* no período.

Outros: Em 2010 registrou R\$1.046,2 milhões, uma redução de 7,1% em relação ao ano de 2009. Esta redução é justificada principalmente pelas menores receitas com revenda de mercadorias e de serviços de valor agregado, contrabalançadas parcialmente pelo aumento de receitas pelo fornecimento de soluções integradas para o segmento corporativo.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais em 2010 totalizaram R\$10.295,9 milhões, registrando um aumento de 4,0% em relação a 2009. As variações são explicadas pelos itens a seguir:

Interconexão: em 2010 totalizou R\$4.521,0 milhões, um acréscimo de 3,1% em relação ao ano de 2009. Tal efeito é explicado principalmente por maiores gastos de aluguel de última milha, pelo aumento do tráfego de origem móvel com a utilização do “15” (código de seleção de prestadora) e pelo reajuste da VUM, em fevereiro de 2010 de 0,67%.

Pessoal: atingiu R\$1.030,5 milhões em 2010, um crescimento de 42,6% em relação ao ano de 2009. Esta variação é justificada principalmente pela reversão de contingências trabalhistas no 2T09 no montante de R\$159 milhões, que diminui a base de comparação, pelo reajuste salarial coletivo concedido no período e pelo gasto não recorrente relacionado à reorganização de pessoal no montante de R\$74,8 milhões, contabilizado no 4T10.

Serviços de terceiros: atingiu R\$4.101,5 milhões em 2010, um aumento de 13,0% em relação ao ano de 2009. Este efeito está relacionado ao aumento dos gastos comerciais, principalmente com atendimento ao cliente, reflexo do compromisso da Companhia com a qualidade e a satisfação dos clientes, pela maior concentração de campanhas publicitárias em 2010, além de maiores gastos com manutenção da rede.

Provisões para créditos de liquidação duvidosa: passou de R\$564,6 milhões em 2009 para R\$386,3 milhões no ano de 2010, uma redução de 31,6% frente a uma diminuição de 42,1% no comparativo 4T10 x 4T09. Como percentual da receita operacional líquida, a relação passou de 3,6% em 2009 para 2,5% em 2010. Este efeito é explicado pela melhora no perfil da base de clientes, através da forte atuação da Companhia em suas práticas de política comercial e de cobrança. Destaca-se o percentual de 1,8% de PDD sobre a receita operacional líquida registrada no 4T10, um dos menores patamares já atingidos pela Companhia.

Tributos: atingiu R\$353,7 milhões em 2010, uma redução de 7,5% em relação ao ano de 2009. Esta variação é justificada pela queda dos tributos decorrentes dos serviços entre a Telesp e subsidiárias. Este efeito é parcialmente contrabalançado pelo aumento na contribuição ao FUST e FUNTEL no período.

Ganho (perda) com investimentos: em 2010 apresentou um resultado positivo de R\$2,9 milhões frente a um resultado também positivo de R\$18,8 milhões no ano de 2009. Esta variação é justificada pelo efeito de equivalência patrimonial de participação societária nas operadoras de TV a cabo.

Outras receitas (despesas) operacionais: atingiu R\$94,2 milhões em 2010, justificado principalmente pela venda e cessão do direito de uso de ativos não estratégicos ao longo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2010 no total de R\$320,6 milhões, compensados parcialmente pelo custo de mercadorias vendidas para o segmento corporativo.

Depreciação e amortização do imobilizado: passou de R\$2.505,5 milhões em 2009 para R\$1.913,5 milhões em 2010, uma redução de 23,6% explicada pela adoção de novos prazos para determinadas categorias de ativos, o que resultou em mudanças no prazo de vida útil em relação aos praticados em 2009. Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2010. Este movimento gerou uma redução na despesa de depreciação no ano de R\$399,6 milhões e R\$63,6 milhões no 4T10.

EBITDA

O **EBITDA** em 2010 foi de R\$5.460,2 milhões, uma redução de 7,5% em relação aos R\$5.903,5 milhões no ano de 2009. Por sua vez, a **Margem EBITDA** alcançada em 2010 foi de 34,7%, uma redução de 2,7 p.p. em relação à margem de 37,3% registrada no ano de 2009, enquanto no comparativo trimestral, a Margem EBITDA passou de 36,0% no 4T09 para 35,6% no 4T10, uma redução de 0,5 p.p. Estas variações estão relacionadas principalmente à alteração de mix dos serviços prestados, com redução das receitas de telefonia tradicional, que possuem margens maiores, e aumento das receitas de dados tanto no segmento residencial como no segmento corporativo, além da maior receita de longa distância nacional de origem móvel. Houve também aumento dos gastos comerciais, principalmente com atendimento ao cliente, pelo maior foco em qualidade e atenção ao cliente. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela significativa redução na provisão para devedores duvidosos no período. A evolução anual da Margem EBITDA está afetada pelo impacto positivo não recorrente ocorrido em 2009, derivado da mudança na estimativa de provisões para contingências e pela contabilização em 2010 de um impacto positivo pela venda e cessão do direito de uso de ativos não estratégicos, parcialmente compensado pelo gasto não recorrente relacionado à reorganização de pessoal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

(R\$ milhões)	Dez/2010	Dez/2009	% Var
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	3.426,0	3.209,2	6,8
Itens que não afetam o caixa			
Despesas (receitas) que não representam movimentação no caixa	2.224,6	3.343,8	(33,5)
Depreciações e amortizações	1.913,5	2.505,5	(23,6)
Variações cambiais de empréstimos	(0,6)	(49,8)	(98,8)
Resultado de equivalência patrimonial	(2,9)	(18,8)	(84,6)
(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	(317,5)	14,4	(2.304,9)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	386,3	564,6	(31,6)
Pensão e outros benefícios pós-aposentadoria	4,5	6,4	(29,7)
Despesas de juros	240,4	317,0	(24,2)
Outros	0,9	4,5	(80,0)
(Aumento) redução no ativo operacional:	(282,5)	(840,3)	(66,4)
Contas a receber de clientes líquidos	87,5	(395,2)	(122,1)
Outros ativos circulantes	9,8	(188,9)	(105,2)
Outros não circulantes	(379,8)	(256,2)	48,2
Aumento (redução) no passivo operacional:	(835,9)	(1.263,2)	(33,8)
Pessoal, encargos e benefícios	167,0	(9,6)	(1.839,6)
Contas a pagar e despesas provisionadas	95,0	80,2	18,5
Impostos, taxas e contribuições	38,2	(65,0)	(158,8)
Outros passivos circulantes	43,6	(272,8)	(116,0)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis	(33,5)	8,2	(508,5)
Outros passivos não circulantes	1,3	88,8	(98,5)
Juros pagos	(265,8)	(328,4)	(19,1)
Imposto de renda e contribuição social a pagos	(881,7)	(764,6)	15,3
Total do caixa gerado pelas atividades operacionais	4.532,2	4.449,5	1,9
Aumento de capital de coligadas e subsidiárias	(3,6)	-	-
Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	(2.126,5)	(2.324,1)	(8,5)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado e investimento	292,9	28,2	938,7
Caixa recebido na venda de investimento	178,5	-	-
Total do caixa (utilizado) pelas atividades de investimento	(1.658,7)	(2.295,9)	(27,8)
Amortização de empréstimos	(1.742,8)	(432,9)	302,6
Captações de empréstimos	74,3	272,6	(72,7)
Pagamento líquido dos contratos de derivativos	(5,4)	31,5	(117,1)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.919,9)	(1.488,7)	29,0
Total do caixa (utilizado) pelas atividades de financiamento	(3.593,8)	(1.617,6)	122,2
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes a caixa	(720,3)	536,0	(234,4)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.277,0	1.741,0	30,8
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.556,7	2.277,0	(31,6)
Variação do caixa no exercício	(720,3)	536,0	(234,4)

Caixa Gerado pelas atividades operacionais

Nosso fluxo de caixa operacional totalizou R\$4,5 bilhões em 2010 comparado com R\$4,4 bilhões em 2009. Essa variação do caixa operacional de 1,9% em 2010 comparado com 2009 deve-se principalmente: ao aumento do lucro líquido do exercício; a redução de contas a receber de clientes líquidos que ocorreu devido a melhor performance da cobrança aliado a um menor faturamento; e a redução de outros passivos circulantes, pelo pagamento de concessão Anatel em 2009 sendo que o próximo pagamento ocorrerá em 2011.

Caixa utilizado nas atividades de investimento e financiamento

Nosso fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$1,7 bilhão em 2010 comparado com R\$2,3 bilhões em 2009. Essa variação da atividade de investimento de 27,8% em 2010 comparado com 2009 deve-se principalmente pela venda das ações da Portugal Telecom e pela operação de venda e cessão do direito de exploração de ativos não estratégicos.

Nosso fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$3,6 bilhões em 2010 comparado com R\$1,6 bilhão em 2009. Essa variação da atividade de financiamento de 122,2% em 2010 comparado com 2009 deve-se principalmente ao pagamento das debêntures e os respectivos juros em junho de 2010 e ao maior pagamento de dividendos em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no estado de São Paulo através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil. A Companhia também possui, diretamente ou através de suas subsidiárias, autorizações da ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, como comunicação de dados para o mercado empresarial, internet em banda larga (prestado sob a marca Speedy, Ajato e Fibra) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (Telefonica TV Digital) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

A receita operacional da Companhia é composta pelos seguintes itens:

- serviços de voz local, incluindo habilitação, assinatura mensal, serviço medido e telefones públicos;
- serviços de voz de longa distância intra-regional, inter-regional e internacional;
- serviços de dados, incluindo banda larga;
- serviços de TV por assinatura através da tecnologia via satélite DTH (direct to home), tecnologia sem fio MMDS (multichannel multipoint distribution service);
- serviços de rede, incluindo interconexão e aluguel de facilidades; bem como outros serviços.

Composição da receita líquida em 2010 e 2009 e suas variações:

(R\$ milhões)	Movimento Anual		Variação	
	2010	2009	%	R\$ Mil
Receita operacional bruta	21.359,0	21.584,4	(1,0)	(225,4)
Telefonia fixa	15.005,6	15.547,1	(3,5)	(541,5)
Local	10.033,0	10.675,3	(6,0)	(642,3)
Longa distância nacional	4.876,4	4.770,6	2,2	105,8
Longa distância internacional	96,2	101,2	(5,0)	(5,0)
Uso da rede	524,7	487,1	7,7	37,6
Serviço de Transmissão de Dados	4.304,4	3.931,9	9,5	372,5
Serviço de TV	478,1	492,5	(2,9)	(14,4)
Outros	1.046,2	1.125,6	(7,1)	(79,4)
Devoluções	(5.602,8)	(5.778,4)	(3,0)	175,6
ICMS	(4.702,7)	(4.808,8)	(2,2)	106,1
ISS	(39,4)	(41,9)	(5,9)	2,5
PIS e COFINS	(860,7)	(927,6)	(7,2)	66,9
Receita operacional líquida	15.756,1	15.806,0	(0,3)	(49,9)

Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011, as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não foram incluídas no quadro acima, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos da adoção dos IFRS para fins de comparabilidade, bem como não foram reclassificadas para tal. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receitas Operacionais

A receita operacional bruta em 2010 totalizou R\$21.359,0 milhões, registrando uma redução de 1,0% em relação a 2009. As variações são justificadas pelos itens a seguir:

Local: atingiu R\$10.033,0 milhões em 2010, um decréscimo de 6,0% em relação aos R\$10.675,3 milhões registrados em 2009. Esta queda decorre da redução das receitas de telefonia fixa local, explicada pela queda dos tráfegos VC1 e fixo-fixo, compensada pelo aumento na receita de assinatura devido às adições líquidas positivas de 39 mil linhas em serviço registradas no ano, além do reajuste tarifário de grande parte dos planos alternativos, a partir de agosto de 2010.

Longa distância nacional: em 2010 totalizou R\$4.876,4 milhões, um aumento de 2,2% em relação ao ano de 2009. Este efeito é explicado principalmente pelo aumento do tráfego de origem móvel com a utilização do "15" (código de seleção de prestadora) e pelo reajuste tarifário de 0,66%, com vigência a partir de 08 de outubro de 2010, contrabalançados parcialmente pela redução do tráfego de origem fixa.

Longa distância internacional: atingiu R\$96,2 milhões em 2010, uma redução de 5,0% em comparação ao ano de 2009. Esta diminuição é justificada pela redução do tráfego no período.

Transmissão de dados: As receitas de transmissão de dados atingiram R\$4.304,4 milhões em 2010, um aumento de 9,5% em relação ao ano de 2009. Este crescimento é decorrente das ações de incentivo às vendas e do compromisso da Companhia com a qualidade, refletidos em um expressivo aumento no índice de satisfação do cliente e uma maior base de clientes. Foram 680 mil adições líquidas de banda larga, o maior ganho da história da Companhia. Adicionalmente, foi registrado no período um crescimento da receita de dados no segmento corporativo.

Uso da rede: Em 2010 totalizou R\$524,7 milhões, um aumento de 7,7% em relação ao ano de 2009. Esta variação está relacionada ao aumento do tráfego entrante de origem móvel.

TV por assinatura: Em 2010 totalizou R\$478,1 milhões, registrando uma redução de 2,9% em relação ao ano de 2009. Este efeito está relacionado principalmente à menor planta média no período. No entanto, vale destacar a mudança da tendência do 4T10, com 21 mil adições líquidas, devido ao reposicionamento da Companhia frente a este produto e à significativa redução do churn no período.

Outros: Em 2010 registrou R\$1.046,2 milhões, uma redução de 7,1% em relação ao ano de 2009. Esta redução é justificada principalmente pelas menores receitas com revenda de mercadorias e de serviços de valor agregado, contrabalançadas parcialmente pelo aumento de receitas pelo fornecimento de soluções integradas para o segmento corporativo.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia tem enfrentado acirrada concorrência nos diversos segmentos nos quais atua. No segmento corporativo a Companhia enfrenta a concorrência tanto nos serviços de voz (local e longa-distância) como nos serviços de transmissão de dados, resultando em maior migração de clientes e na necessidade de maiores descontos para maximizar a retenção destes clientes. No segmento residencial, a competição ocorre tanto no serviço de voz, quanto em banda larga e TV por assinatura.

Vale destacar a crescente concorrência dos serviços de telefonia móvel, que possuem tarifas mais reduzidas para determinados tipos de chamadas, tais como chamadas móvel/móvel e que impactam diretamente a receita de voz.

A Companhia está tomando diversas medidas para defender-se do aumento da competição, entre as quais a oferta de produtos que se adéquem ao perfil dos seus clientes.

Destacamos que os investimentos realizados na melhoria dos serviços, dos processos e nas demais ações implementadas já têm garantido para a Companhia importantes resultados, como um maior índice de satisfação dos nossos clientes e uma melhora do *churn* tanto de banda larga quanto das linhas em serviço e em TV por assinatura.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Desde 2006, as tarifas telefônicas de serviços de telefonia fixa estiveram indexadas ao IST - Índice de Serviços de Telecomunicações, reduzidas por um fator de produtividade. O IST é uma cesta composta por índices nacionais que refletem nossos custos operacionais do setor. Como resultado, este índice serve para reduzir potenciais incongruências entre nossas receitas e custos do setor e, portanto, reduzir o aparente efeito adverso da inflação sobre nossas operações. A Companhia reajusta suas tarifas com base nessa cesta de tarifas de serviços, que interferem diretamente nos preços conforme demonstrado a seguir:

- Serviços locais: as tarifas são estabelecidas de acordo com uma cesta de tarifas, que inclui tarifas de tráfego medido e de assinatura. No caso de um reajuste de tarifas, cada um dos itens dentro da cesta local tem um peso diferente e, contanto que o reajuste da cesta local total não exceda ao resultado da variação do IST, menos um fator de produtividade estabelecido no contrato de concessão, cada tarifa individualmente dentro da cesta pode exceder à variação do IST em até 5%;
- Tarifa de instalação de linhas residenciais e comerciais e serviços de telefonia pública: os reajustes são limitados ao aumento da tarifa no IST menos um fator de produtividade estabelecido no contrato de concessão; e
- Serviços de longa distância nacional, com reajuste tarifário dividido em longa distância intra-regional e inter-regional, os quais são calculados baseados na média ponderada do tráfego, levando em consideração a distância e o tempo de duração da ligação. Para estas categorias, cada tarifa pode, individualmente, exceder ao aumento da tarifa no IST em até 5%, porém, o reajuste total da cesta não pode exceder o aumento da tarifa no IST, menos um fator de produtividade estabelecido no contrato de concessão.

Nossas tarifas para serviços internacionais não são reguladas e não requerem reajuste anual para a base de preço máximo como os outros serviços descritos acima. Assim, ficamos livres para negociar nossas tarifas para ligações internacionais baseadas no Mercado internacional de telecomunicações.

Dessa forma, destacamos os reajustes recentes de tarifas:

2010

Tarifas Fixo-Fixo - Em 5 de outubro de 2010, por meio do Ato 6.419, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste das tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 8 de outubro de 2010. Os incrementos das tarifas foram de 0,66%.

Tarifas Fixo-Móvel – Em 09 de fevereiro de 2010, por meio do Ato 971, a Anatel homologou reajuste de 0,98% para as chamadas entre telefones fixos e telefones móveis (VC1, VC2 e VC3) em toda a área de concessão da Telesp, setores 31, 32 e 34 da Região III. Na mesma data, foram reajustadas as tarifas de interconexão fixo-móvel (VUM), relativas à VC1, VC2 e VC3 em 0,67%. Os reajustes entraram em vigor, a partir do dia 13 de fevereiro de 2010.

2009

Tarifas Fixo-Fixo - Em 11 de setembro de 2009, por meio dos Atos 5.179 e 5.180, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste das tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 16 de setembro de 2009. Os incrementos das tarifas foram de 0,98%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

2008

Tarifas Fixo-Fixo - Em 21 de julho de 2008, por meio dos Atos 4.288 e 4.289, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste das tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 24 de julho de 2008. Os incrementos das tarifas foram de 3,01%.

Tarifas Fixo-Móvel - Em 21 de julho de 2008, por meio do Ato 4.290, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste de 3,01% para as chamadas entre telefones fixos e telefones móveis (VC1, VC2 e VC3) em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. Na mesma data, foram reajustadas as tarifas de interconexão fixo-móvel (VUM), relativas à VC1, VC2 e VC3 em 2,06%. Os reajustes entraram em vigor a partir do dia 24 de julho de 2008.

Em 2010, conseguimos um crescimento da base de clientes de linha fixa em função da aquisição de novos clientes, especialmente na população de baixa renda, e melhoria da taxa de rotatividade. Para atingir este objetivo, aumentamos o volume de vendas de produtos alternativos de menor custo, tais como linhas fixas pré-pagas e oferta de taxas fixas “Fale e Navegue à Vontade”, que permite chamadas de rede local e internet ilimitada. Como consequência, a Companhia foi uma das poucas empresas de telefonia fixa de grande porte que conseguiu aumentar a sua base de linhas, com 39 mil adições líquidas ao longo de 2010. Devido à maior participação de planos alternativos na base, experimentamos uma redução de 1,0% na receita operacional bruta, que atingiu R\$21.359,0 milhões em 2010 quando comparada ao mesmo período de 2009.

Com respeito a nossa oferta de Internet de Banda Larga, relançamos o serviço de banda larga de alta velocidade sobre fibra ótica e aderimos ao Plano de Banda Larga Popular lançado pelo governo do Estado de São Paulo, que permitirá o acesso dos clientes de menor renda à internet banda larga de forma mais acelerada a uma taxa superior. Atingimos 3,3 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2010 com crescimento de 26% quando comparado com a mesma data em 2009, aumentando a receita correspondente em 9,5% para R\$4.304,4 milhões em comparação ao mesmo período de 2009.

Para os serviços de TV por assinatura, o foco em 2010 foi à melhoria de qualidade do produto e dos serviços relacionados, tais como programação de canais, instalação e faturamento.

Monitoramos continuamente as tendências de mercado e as necessidades dos clientes através de pesquisas e análises de mercado em busca de oportunidades de negócio para desenvolver novos produtos e serviços com a finalidade de nos antecipar às necessidades futuras dos nossos clientes e, dessa forma, incrementar as nossas receitas.

- c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Resultado Operacional

Os índices de preços ao consumidor aumentaram mais em 2010 do que em 2009. O IPCA de 2010 atingiu crescimento de 5,9%, ante 4,3% no ano anterior. Esse aumento da inflação no ano de 2010 apresentou impactos nos custos de pessoal e de aluguéis, entre outros itens operacionais. O total dos custos operacionais, excluindo os gastos com depreciação e amortização, apresentou crescimento de 4,0% na comparação do exercício de 2010 ante o de 2009.

Em relação à política monetária, por sua vez, a taxa média de juros apresentou redução ante o ano de 2009: a taxa média dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) atingiu 9,03% ao ano de 2010, ante 9,88% ao ano no ano anterior. Entre os principais impactos da taxa de juros no resultado operacional da empresa está a receita decorrente da cobrança de contas em atraso, a qual é indexada a taxa de juros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Quanto à variação da taxa de câmbio, por fim, observou-se apreciação do real em 2010 frente à moeda norte-americana. A taxa de câmbio média atingiu R\$/US\$ 1,76, ante R\$/US\$ 2,00 em 2009. A variação cambial afeta em especial os custos de compra de conteúdo para TV, aluguel de toolgate e aluguel de satélite, os quais representam despesas expressas em moeda estrangeira.

Resultado Financeiro

Com relação ao impacto da taxa de juros, observou-se que as receitas financeiras tiveram uma redução de 1,5% entre 2009 e 2010, acompanhando as taxas de juros médias mais baixas de 2010. As despesas financeiras mais as variações monetárias/cambiais e o resultado com operações de derivativos geraram despesas de R\$ 359,6 milhões em 2010, 16,6% mais baixas do que em 2009, quando essas despesas foram de R\$ 431,3 milhões, principalmente por conta da redução no saldo média de dívida e derivativos. Este saldo foi em torno de R\$ 2.500,0 milhões no ano de 2010, ante o valor aproximado de R\$ 3.200,0 milhões no ano de 2009.

A variação da taxa de câmbio, por sua vez, apresentou reduzido impacto no resultado financeiro, uma vez que as operações financeiras em moeda estrangeira estão protegidas por swaps de câmbio para CDI.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Variação percentual
	2010	2009	2010/2009
	<i>(em milhões de Reais)</i>		
Receitas financeiras	238,8	242,5	(1,5)
Variações monetárias/cambiais	72,5	111,8	(35,2)
Perdas com operações de derivativos	(2,2)	(52,2)	(95,8)
Despesas financeiras	(429,8)	(491,0)	(12,5)
Total	(120,7)	(188,8)	(36,0)

Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011, as informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não foram incluídas no quadro acima, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos da adoção dos IFRS para fins de comparabilidade, bem como não foram reclassificadas para tal. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a)** introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia vendeu a participação consolidada que possuía na empresa Portugal Telecom em 21 de junho de 2010, que gerou os seguintes efeitos:

	<u>Consolidado</u>
Valor da venda	205.149
Custo de aquisição	(117.998)
Resultado líquido da venda	<u><u>87.151</u></u>

c) eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

De acordo com a Instrução CVM 457/2007, as companhias de capital aberto devem apresentar as demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2010, bem como as informações comparativas do exercício de 2009, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, tendo como base os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela CVM, os quais estão convergentes com as normas internacionais de contabilidade.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em total conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam o mesmo resultado e patrimônio líquido.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

i) Combinações de negócios

Em relação às transações que envolveram combinações de negócios até 31/12/2008, a Companhia optou por não aplicar retroativamente as exigências da IFRS 3(R) (CPC 15) – *Combinações de Negócios*, mantendo a mesma classificação do BRGAAP em 31 de dezembro de 2008, cujos efeitos são apresentados na balanço patrimonial consolidado no item “Ágio”. Não houve operações que envolvessem combinações de negócios em 2010 e 2009.

ii) Reconhecimento de receitas

De acordo com o IAS 18 (CPC 30) - *Receitas*, que trata de reconhecimento de receitas, as receitas provenientes de serviços prestados devem ser reconhecidas de acordo com período de realização do serviço. No BRGAAP, a receita de habilitação gerada quando da conexão do cliente à rede era reconhecida no momento do ingresso do cliente na planta. Para fins de IFRS, a receita de habilitação é diferida e reconhecida no resultado ao longo do período estimado de duração do cliente na planta. Com essa mudança de prática contábil, em 01/01/2009 a Companhia reconheceu um passivo (receita diferida) em seu balanço patrimonial de abertura para refletir a parcela da receita de habilitação que será reconhecida nos próximos períodos.

iii) Benefícios pós-emprego

A Companhia manteve a política contábil do BRGAAP de reconhecimento imediato de ganhos e perdas atuariais. No BRGAAP, os ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, enquanto que para fins de IFRS (IAS 19 (CPC 33)– Benefícios a Empregados) é permitido o reconhecimento no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Em relação aos planos de benefícios definidos que apresentam superávit atuarial, de acordo com o BRGAAP o reconhecimento do ativo poderia ser registrado apenas se fosse evidente que o superávit seria reembolsado à patrocinadora, razão pela qual o mesmo não era reconhecido devido às características do plano. Conforme as IFRS e CPC's, para os planos de benefício definido que apresentam superávit atuarial deve-se reconhecer um ativo pela patrocinadora pelo montante do superávit ou o valor correspondente às contribuições futuras da patrocinadora aos referidos planos descontadas a valor presente, dos dois o menor.

iv) Dividendos adicionais propostos

De acordo com a interpretação IFRIC 17 (ICPC 08) – *Distribuição de Ativos “não caixa” aos Acionistas*, deve-se reconhecer um passivo de dividendo somente quando houver sua efetiva deliberação pelo órgão da administração competente. De acordo com o BRGAAP, o lucro do exercício ainda não aprovado pelos órgãos da administração deveria ser reconhecido como um passivo. Conforme as IFRS e CPC's, o dividendo proposto acima do mínimo obrigatório que será submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas deverá permanecer no patrimônio líquido em conta específica (dividendo adicional proposto) até a efetiva deliberação.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**v) Tributos sobre a renda**

Sobre os ajustes mencionados anteriormente foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável.

vi) Reclassificações

Existem outros critérios contábeis adotados para fins de IFRS que divergem daqueles aplicados no Brasil, porém não afetam o patrimônio líquido, somente a apresentação do balanço patrimonial. Os ajustes realizados referem-se a:

- Reclassificações dos depósitos judiciais vinculados a passivos (provisões) - No BRGAAP, os saldos passivos e provisões eram apresentados líquidos dos correspondentes depósitos judiciais. Para fins de IFRS e CPC's, esse tipo de compensação não é permitida, portanto, os depósitos judiciais devem permanecer no ativo;

- Reclassificações do imposto de renda e contribuição social diferidos – no BRGAAP, havia a necessidade de segregação no balanço patrimonial dos saldos de tributos diferidos entre circulante e não circulante. Para fins de IFRS e CPC's, os saldos de IR e CS diferidos, ativo e passivo, devem ser registrados como não circulante.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa descontados utilizados para a determinação do valor em uso derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Além disso, essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e tecnológicas, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Contábeis.

Reconhecimento de Receita e Contas a Receber

As receitas originadas pelas tarifas de interconexão são calculadas baseada na duração de cada chamada e reconhecidas quando o serviço de interconexão é prestado. As receitas de telefonia pública são reconhecidas quando o cartão telefônico pré-pago é usado. Receitas diferidas são determinadas com base nas estimativas de créditos de cartões pré-pagos a utilizar que foram vendidos, mas não foram utilizados na data de cada balanço. As receitas de habilitação ou instalação são reconhecidas na habilitação ou instalação dos serviços ao cliente. As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

Consideramos o reconhecimento de receita como uma política contábil crítica por causa das incertezas causadas por diferentes fatores, tais como a complexa tecnologia necessária, o alto volume de transações, problemas relacionados à fraude e pirataria, regras contábeis, posições da administração sobre nossa capacidade de cobrança e incertezas relacionadas com o direito de receber certas receitas (principalmente receitas pelo uso de nossa rede). Mudanças significativas nestes fatores poderiam nos causar incapacidade para o reconhecimento de receitas ou para reconhecer receitas que poderiam não ser realizadas no futuro, apesar de nossos controles e procedimentos internos.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na preparação das demonstrações contábeis devemos estimar nossa capacidade para cobrança de nossas contas a receber. Constantemente monitoramos nossas contas a receber vencidas. Se tomamos conhecimento sobre a incapacidade de clientes específicos de pagar suas obrigações financeiras, registramos uma provisão específica do montante devido para reduzir o valor dos recebíveis para o montante que acreditamos que será recebido. Para outras contas a receber, reconhecemos provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na experiência passada (por exemplo, porcentagem média de recebíveis historicamente baixados, condições econômicas e o prazo de recebíveis em atraso). Nossas provisões têm sido adequadas para cobrir perdas na realização de créditos. Entretanto, como não podemos prever com certeza a estabilidade financeira futura de nossos clientes, não podemos garantir que nossas provisões continuarão adequadas. As perdas com créditos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

podem ser maiores que as provisões que realizamos, as quais poderão ter um efeito negativo significativo no resultado da Companhia e/ou de suas controladas.

Tributos diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Contábeis e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao órgão da Administração da Companhia. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

Os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram registrados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

Benefícios Pós-Emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar na necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia e/ou de suas controladas.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou suas controladas têm uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia e suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda, inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas decorrentes de processos judiciais.

Principais diferenças que impactaram as Demonstrações Contábeis na data de transição e em 31 de dezembro de 2009

a) Combinações de negócios

Em relação às transações que envolveram combinações de negócios até 31/12/2008, a Companhia optou por não aplicar retroativamente as exigências da IFRS 3(R) (CPC 15) – *Combinações de Negócios*, mantendo a mesma classificação do BRGAAP em 31 de dezembro de 2008, cujos efeitos são apresentados na balanço patrimonial consolidado no item “Ágio”. Não houve operações que envolvessem combinações de negócios em 2010 e 2009.

b) Reconhecimento de receitas

De acordo com o IAS 18 (CPC 30) - *Receitas*, que trata de reconhecimento de receitas, as receitas provenientes de serviços prestados devem ser reconhecidas de acordo com período de realização do serviço. No BRGAAP, a receita de habilitação gerada quando da conexão do cliente à rede era reconhecida no momento do ingresso do cliente na planta. Para fins de IFRS, a receita de habilitação é diferida e reconhecida no resultado ao longo do período estimado de duração do cliente na planta. Com essa mudança de prática contábil, em 01/01/2009 a Companhia reconheceu um passivo (receita diferida) em seu balanço patrimonial de abertura para refletir a parcela da receita de habilitação que será reconhecida nos próximos períodos.

c) Benefícios pós-emprego

A Companhia manteve a política contábil do BRGAAP de reconhecimento imediato de ganhos e perdas atuariais. No BRGAAP, os ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, enquanto que para fins de IFRS (IAS 19 (CPC 33)– Benefícios a Empregados) é permitido o reconhecimento no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Em relação aos planos de benefícios definidos que apresentam superávit atuarial, de acordo com o BRGAAP o reconhecimento do ativo poderia ser registrado apenas se fosse evidente que o superávit seria reembolsado à patrocinadora, razão pela qual o mesmo não era reconhecido devido às características do plano. Conforme as IFRS e CPC's, para os planos de benefício definido que apresentam superávit atuarial deve-se reconhecer um ativo pela patrocinadora pelo montante do superávit ou o valor correspondente às contribuições futuras da patrocinadora aos referidos planos descontadas a valor presente, dos dois o menor.

d) Dividendos adicionais propostos

De acordo com a interpretação IFRIC 17 (ICPC 08) – *Distribuição de Ativos “não caixa” aos Acionistas*, deve-se reconhecer um passivo de dividendo somente quando houver sua efetiva deliberação pelo órgão da administração competente. De acordo com o BRGAAP, o lucro do exercício ainda não aprovado pelos órgãos da administração deveria ser reconhecido como um passivo. Conforme as IFRS e CPC's, o dividendo proposto acima do mínimo obrigatório que será submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas deverá permanecer no patrimônio líquido em conta específica (dividendo adicional proposto) até a efetiva deliberação.

e) Tributos sobre a renda

Sobre os ajustes mencionados anteriormente foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável.

f) Reclassificações

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Existem outros critérios contábeis adotados para fins de IFRS que divergem daqueles aplicados no Brasil, porém não afetam o patrimônio líquido, somente a apresentação do balanço patrimonial. Os ajustes realizados referem-se a:

- Reclassificações dos depósitos judiciais vinculados a passivos (provisões) - No BRGAAP, os saldos passivos e provisões eram apresentados líquidos dos correspondentes depósitos judiciais. Para fins de IFRS e CPC's, esse tipo de compensação não é permitida, portanto, os depósitos judiciais devem permanecer no ativo;
- Reclassificações do imposto de renda e contribuição social diferidos – no BRGAAP, havia a necessidade de segregação no balanço patrimonial dos saldos de tributos diferidos entre circulante e não circulante. Para fins de IFRS e CPC's, os saldos de IR e CS diferidos, ativo e passivo, devem ser registrados como não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Nosso presidente (CEO) e Vice-Presidente de Finanças (CFO) são responsáveis por estabelecer e manter nossos controles e procedimentos de divulgação. Tais controles e procedimentos foram elaborados de forma a assegurar que as informações da companhia, de divulgação obrigatória nos relatórios que arquivamos junto à CVM, são registradas, processadas, sumarizadas e reportadas no prazo e no formato especificado nas normas da CVM. Nós avaliamos os controles e procedimentos de divulgações sob a supervisão de nosso CEO e CFO em 31 de dezembro de 2010. Com base nesta avaliação, nosso CEO e CFO concluíram que nossos controles e procedimentos estavam adequados, efetivos e designados para assegurar esta informação material relacionada a nós e nossas subsidiárias, elaborados e conhecidos pelos mesmos e por outros dentro destas entidades para permitir decisões em tempo hábil concernente a exigência de divulgação.

Em 11/02/2003 o Conselho de Administração aprovou uma Normativa Sobre Registro, Comunicação e Controle de Informação Financeiro-Contábil que regula os procedimentos internos e os mecanismos de controle da preparação da informação financeiro-contábil da Companhia, garantindo a aplicação de práticas e políticas contábeis adequadas. Tal normativa permite, também, cumprir exigências estabelecidas pela lei americana Sarbanes-Oxley. Esta normativa estabelece um sistema de certificação que chamamos de "Certificação em Cascata", através do qual as diversas áreas da Companhia emitem pareceres se responsabilizando por tais informações. Com base nestes pareceres, CEO e CFO emitem suas respectivas certificações atestando a veracidade e a qualidade das informações divulgadas ao mercado.

Relatório Anual de Administração com relação ao Controle Interno sobre as Informações Financeiras

A Administração é responsável por estabelecer e manter um controle interno adequando sobre as Informações Financeiras. O sistema de controle interno da TELESP foi desenvolvido com a finalidade de prover razoável segurança com relação à integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras publicadas. Todo o sistema de controle interno, não importando como foi desenvolvido, tem limitações inerentes e somente podem prover uma razoável segurança de que os objetivos do sistema de controle são atendidos.

A Administração avaliou o controle interno sobre as Informações Financeiras sob a supervisão de nosso Presidente, ou CEO e Vice Presidente de Finanças, ou CFO, em 31 de dezembro de 2010. A Administração avaliou a eficácia do nosso controle interno sobre as Informações Financeiras baseados no critério exposto no "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") Framework. A administração da TELESP concluiu que em 31 de dezembro de 2010, nosso controle interno sobre as Informações Financeiras estava adequado e eficaz, baseado nestes critérios.

Parecer dos Auditores Independentes

A Ernst & Young Terco, empresa de auditoria independente que auditou nossas demonstrações contábeis consolidadas, emitirá um parecer sobre a efetividade de nossos controles internos sobre as Informações Financeiras em 31 de dezembro de 2010.

Alterações no Controle Interno sobre as Informações Financeiras

Nosso departamento de auditoria interna periodicamente avalia nossos controles internos para os principais ciclos, documentando pelo fluxograma dos processos utilizados em cada ciclo, identificando oportunidades e sugerindo melhorias para os mecanismos de controle existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Não houve nenhuma mudança nos nossos controles internos sobre as Informações Financeiras elaboradas durante o período coberto por este relatório anual que tenha afetado significativamente nossos controles internos sobre as Informações Financeiras, ou que seja razoavelmente provável que tenha algum efeito material.

- b)** deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve comentários sobre deficiências significativas, nem recomendações significativas que pudessem impactar a avaliação da Administração da Companhia em relação à eficácia dos controles internos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, no relatório do auditor independente.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Nos anos de 2008, 2009 e 2010 não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários na Companhia.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- a)** os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não se aplica.
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não se aplica.
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não se aplica.
 - iv. contratos de construção não terminada
Não se aplica.
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não se aplica.
- b)** outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b) natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.